



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A RESISTÊNCIA CAMPONESA À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA CHAPADA DO APODI/CE

Peasant resistance in the face of agribusiness expansion on the agricultural border of Chapada do Apodi/CE

Resistencia campesina contra la expansión del agronegocio en la frontera agrícola de Chapada do Apodi/CE

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.979>

Jackson Araujo de Sousa¹

Leandro Vieira Cavalcante²

Histórico do Artigo:

Recebido em 18 de setembro de 2023

Aceito em 29 de maio de 2024

Publicado em 13 de junho de 2024


RESUMO

A porção da Chapada do Apodi circunscrita ao município de Tabuleiro do Norte-CE tem sido transformada, a partir de 2018, em uma nova fronteira agrícola através da produção de algodão pela empresa Nova Agro Agropecuária LTDA. O processo de territorialização e consecução do modelo de produção desta firma tem ensejado processos de injustiça e sofrimento ambiental, produzindo repercussões negativas aos territórios camponeses. Diante desse cenário, os(as) camponeses(as) têm desenvolvido experiências de resistência, contando com o apoio de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, universidades e instituições de assessoria jurídico-popular. Cotidianamente e através do sistema de justiça tem havido resistência pelos sujeitos impactados. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir as experiências de resistência camponesa frente à expansão do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte/CE, a partir da utilização das categorias de resistência cotidiana e de resistência legítima. Para o alcance do objetivo proposto, foram necessárias algumas etapas, quais sejam: 1) levantamento e revisão bibliográfica; 2) análise documental; 3) acompanhamento de lives e reportagens em jornais; 4) trabalhos de campo; 5) análise dos dados. A partir do estudo, verificou-se a adoção de estratégias diversas de resistência camponesa, que contribuem na defesa da vida, da terra, do ambiente e do território a partir da convivência com o Semiárido e da agroecologia.

Palavras-Chave: Resistência camponesa; agronegócio; convivência com o Semiárido.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Email: pesq.jackson.sousa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7231-5448>

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Email: leandro.cavalcante@ufrn.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

ABSTRACT

The portion of Chapada do Apodi limited to the municipality of Tabuleiro do Norte-CE has been transformed, from 2018, into a new agricultural frontier through the production of cotton by the company Nova Agro Agropecuária LTDA. The process of territorialization and achievement of this firm's production model has given rise to processes of injustice and environmental suffering, producing negative repercussions on peasant territories. Faced with this scenario, peasants have developed resistance experiences, counting on the support of civil society organizations, social movements, universities and popular legal advisory institutions. On a daily basis and through the justice system, there has been resistance from those impacted. In this sense, the objective of this work is to discuss the experiences of peasant resistance in the face of the expansion of cotton agribusiness in Chapada do Apodi, in Tabuleiro do Norte/CE, using the categories of everyday resistance and legitimate resistance. To achieve the proposed objective, some steps were necessary, namely: 1) bibliographic survey and review; 2) document analysis; 3) monitoring of lives and reports in newspapers; 4) fieldwork; 5) data analysis. From the study, it was verified the adoption of different strategies of peasant resistance, which contribute to the defense of life, land, environment and territory based on coexistence with the Semiarid region and agroecology.

Keywords: Peasant resistance; agribusiness; coexistence with the semiarid region.

RESUMEN

La porción de Chapada do Apodi limitada al municipio de Tabuleiro do Norte-CE se transformó, a partir de 2018, en una nueva frontera agrícola a través de la producción de algodón por parte de la empresa Nova Agro Agropecuária LTDA. El proceso de territorialización y consecución del modelo productivo de esta empresa ha dado lugar a procesos de injusticia y sufrimiento ambiental, produciendo repercusiones negativas en los territorios campesinos. Frente a este escenario, los campesinos han desarrollado experiencias de resistencia, contando con el apoyo de organizaciones de la sociedad civil, movimientos sociales, universidades e instituciones de asesoría jurídica popular. Diariamente y a través del sistema de justicia, ha habido resistencia por parte de los afectados. En este sentido, el objetivo de este trabajo es discutir las experiencias de resistencia campesina frente a la expansión del agronegocio algodón en Chapada do Apodi, en Tabuleiro do Norte/CE, utilizando las categorías de resistencia cotidiana y resistencia legítima. Para lograr el objetivo propuesto fueron necesarios algunos pasos, a saber: 1) levantamiento y revisión bibliográfica; 2) análisis de documentos; 3) seguimiento de vidas y reportajes en periódicos; 4) trabajo de campo; 5) análisis de datos. A partir del estudio, se constató la adopción de diferentes estrategias de resistencia campesina, que contribuyen a la defensa de la vida, la tierra, el medio ambiente y el territorio a partir de la convivencia con el Semiárido y la agroecología.

Palabras clave: Resistencia campesina; agronegocios; convivencia con la región semiárida.

INTRODUÇÃO

A Chapada do Apodi, no Ceará, tem se constituído a partir da década de 1990 como um espaço vislumbrado pelo capital para consecução de suas atividades econômicas, mormente o agronegócio da fruticultura irrigada para exportação, praticado por empresas nacionais e multinacionais (CAVALCANTE, 2019). Essa territorialização do capital produziu agravos à saúde e ao ambiente, acarretando repercussões negativas nos territórios alvo desses empreendimentos, que se revelam na expulsão de camponeses(as) (FREITAS, 2010; CAVALCANTE, 2019), na imposição de condições insalubres de trabalho (FREITAS, 2011; MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2011; RIGOTTO et al., 2012; RIGOTTO et al., 2008; RIGOTTO et al., 2016; RIGOTTO; AGUIAR, 2017), na contaminação do ambiente e dos corpos, produzindo doenças diretamente associadas ao contato com agrotóxicos (RIGOTTO, 2011;

RIGOTTO et al., 2012; FERREIRA et al., 2016; AGUIAR; RIGOTTO, 2021) e no assassinato de lideranças comunitárias (RIGOTTO et al., 2012; BEZERRA, 2014), entre outros.

Esse cenário produzido pelo agronegócio na região se circunscrevia majoritariamente aos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré (CAVALCANTE, 2021). Entretanto, a partir de 2018, se intensificando em 2020, a porção sul da Chapada do Apodi, no município de Tabuleiro do Norte, tem se convertido em uma nova fronteira agrícola no contexto da expansão do agronegócio no Ceará, agora não ligada à fruticultura, mas à produção de grãos, notadamente algodão, bem como soja, sorgo e milho nos períodos de entressafra. A fronteira agrícola é entendida aqui como uma área paulatinamente incorporada pelo agronegócio ao utilizar intensivamente capital e tecnologia, substituir a vegetação nativa e destruir formas tradicionais de agricultura praticadas por camponeses(as), constituindo-se como um novo espaço de territorialização do capital no campo (FREDERICO, 2013). Esse avanço do agronegócio ao sul da Chapada do Apodi tem acirrado particularmente a negação do direito à água, bem como expõe a população local a contaminantes, configurando cenários de injustiça ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; RIGOTTO et al., 2018; SOUZA, 2019).

Essa nova fronteira do capital se materializa a partir da atuação de uma empresa do agronegócio do algodão denominada Nova Agro Agropecuária LTDA, que tem agravado a partir de 2020 os processos de injustiça ambiental, negação de direitos, exposição aos agrotóxicos, expulsão de camponeses, mecanização agrícola, desmatamento e destruição de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. Sua territorialização se dá em função da demanda de pluma de algodão pelo setor industrial têxtil cearense, mormente a Santana Textiles S/A, que atualmente recebe a pluma produzida no oeste baiano, mas que paulatinamente está substituindo sua fonte de material prima pela produção cearense, conforme relatado pelo próprio diretor da Nova Agro em seu currículo. Ainda para o dirigente da empresa, com a criação e expansão da Nova Agro na Chapada do Apodi, a proximidade com a produção agrícola do algodão diminui significativamente os gastos com frete e com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), permitindo o aumento do lucro e competitividade frente a outras áreas produtivas agrícolas.

A empresa do algodão produz esta cultura seguindo a cartilha de orientação do agronegócio: máquinas, agrotóxicos e transgênicos (CAVALCANTE, 2021). A territorialização da empresa é subsidiada pelo Estado, ao fornecer incentivos fiscais, indicar sementes transgênicas, elaborar programas para alavancar a produção, divulgar os supostos benefícios desse modelo de produção e servir como um facilitador do agronegócio. Além disso, a Companhia de Gestão dos Recursos

Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) tem fornecido permissão de exploração de 1.584.846,33 m³ de água subterrânea entre 2020 e 2030, o equivalente a 99.052 cisternas de 16 m³, dando o tom da injustiça ambiental, já que as famílias da região têm dificuldades para ter acesso à água há décadas, ainda que tais demandas sejam constantemente reivindicadas pelas comunidades. Nesse sentido, o Estado tem papel central da consecução do agronegócio e no aprofundamento da injustiça ambiental na região.

Apesar da atuação hegemônica dos atores ligados ao agronegócio, evidenciam-se experiências contra-hegemônicas (SAQUET, 2019) que têm contado com o apoio de organizações da sociedade civil, como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA), a Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE) e as associações de moradores, bem como instituições de assessoria jurídico-popular, como o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), além de organizações ligadas a saúde coletiva, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e grupos de pesquisa de universidades públicas, tais como a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE). Tais articulações têm avançado na defesa de outras experiências, mostrando que existem possibilidades pautadas em práticas agroecológicas e em tecnologias apropriadas ao Semiárido.

Essas ações contra-hegemônicas são entendidas como estratégias de resistência camponesa frente a atuação do agronegócio na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, que se revelam a partir da cotidianeidade camponesa e da luta através do sistema de justiça, contando com o apoio de diversas instituições, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações e camponeses(as). Essa articulação tem contribuído com a resistência camponesa em defesa da terra, da natureza, da vida e do território. Diante desse cenário, o objetivo do presente trabalho é discutir as experiências de resistência camponesa frente à expansão do agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte/CE, a partir da utilização das categorias de resistência cotidiana e resistência legítima.

Além da introdução e das considerações finais, este trabalho é dividido em outras quatro seções. Na metodologia busca-se descrever os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da presente pesquisa, bem como uma caracterização do recorte espacial em estudo. Na seção “Aportes teóricos sobre a resistência camponesa na cotidianeidade e através do sistema de justiça” realizamos uma discussão conceitual acerca das principais categorias que balizaram a presente investigação, quais sejam: a resistência cotidiana e resistência legítima.

Na seção seguinte, “Resistência cotidiana como prática contra-hegemônica na Chapada do Apodi”, evidenciamos a resistência cotidiana empreendida pelas comunidades, estreitamente associada a experiência de economia popular da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), vinculada à produção agroecológica e às tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, mas também produzida a partir da vigilância popular do ambiente e do território pelos(as) próprios(as) camponeses(as). A última seção é dedicada a analisar a chamada resistência legítima, posta em prática a partir da articulação de diversos sujeitos sociais em defesa do território camponês, utilizando-se, para isso, o sistema de justiça para pressionar o cumprimento dos direitos das populações afetadas pela expansão do agronegócio.

METODOLOGIA

A presente investigação se constitui como de natureza qualitativa, buscando assumir uma postura que evidencie as problemáticas presentes nos territórios vislumbrados pelo capital sobre as populações camponesas, mas, sobretudo, as estratégias de resistência empreendidas pelos(as) camponeses(as). Isso se deve à compreensão de que “só se conhece em profundidade alguma coisa da vida, da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga” (BRANDÃO, 1999, p. 8).

Assim, partimos da premissa de que nenhuma ciência consegue alcançar o status de neutralidade científica (RIGOTTO, 2011; RIGOTTO et al. 2012; FERREIRA; RIGOTTO, 2014; RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018; SPOSITO, 2020; SOUSA; CAVALCANTE, 2021; RIGOTTO et al. 2022), servindo aos interesses hegemônicos ou assumindo uma posição em defesa das populações que historicamente são alvo de processos promotores de injustiça (SAQUET, 2019). Assim, concordamos com Saquet (2019, p. 9), segundo o qual “sem o envolvimento direto com os sujeitos e os territórios, nossa produção intelectual perde significativamente o sentido político, científico e social”. Essa necessidade de envolvimento se deve ao fato de que a conjunção de conhecimentos diversos tem grande potencial de emancipação, um completando o outro em uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007, 2009).

A partir desse entendimento, para a realização desta pesquisa, foi necessário adotar alguns procedimentos metodológicos descritos em seguida.

Procedimentos metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, foram necessárias algumas etapas, quais sejam: 1) levantamento e revisão bibliográfica; 2) análise documental; 3) acompanhamento de lives e reportagens em jornais; 4) trabalhos de campo; 5) análise dos dados.

Na primeira etapa realizamos um levantamento e revisão bibliográfica sobre a territorialização do agronegócio, os impactos, injustiça e sofrimento ambiental produzidos em função da consecução de seu modelo de produção. Também foi fundamental para a pesquisa tomar como referência a discussão acerca da resistência camponesa frente a expansão de empreendimentos capitalistas, notadamente a resistência cotidiana (SCOTT, 2002) e a resistência legítima (O'BRIEN, 1996), categorias balizadoras da presente discussão.

Em seguida, o levantamento e análise documental subsidiou, sobretudo, a discussão sobre a resistência legítima empreendida pelos(as) camponeses(as), em parceria com associações comunitárias, organizações da sociedade civil, instituições ligadas à assessoria jurídica e popular, movimentos sociais, universidades e grupos de pesquisa, no âmbito do sistema de justiça, que busca fazer frente às problemáticas impostas pelo agronegócio sobre os territórios camponeses. Assim, foram analisados inquéritos, portarias, despachos, ofícios, recomendações emitidas por instituições vinculadas ao Estado, tais como Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR) e Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA). De maneira secundária, também foram analisados documentos que subsidiaram a compreensão sobre as estratégias de territorialização e os impactos produzidos pela empresa Nova Agro, tais como: contrato social, contratos de compra e venda de terras, contrato de arrendamento, recibos de inscrição de imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de projetos hidrossanitários e projetos técnicos da firma.

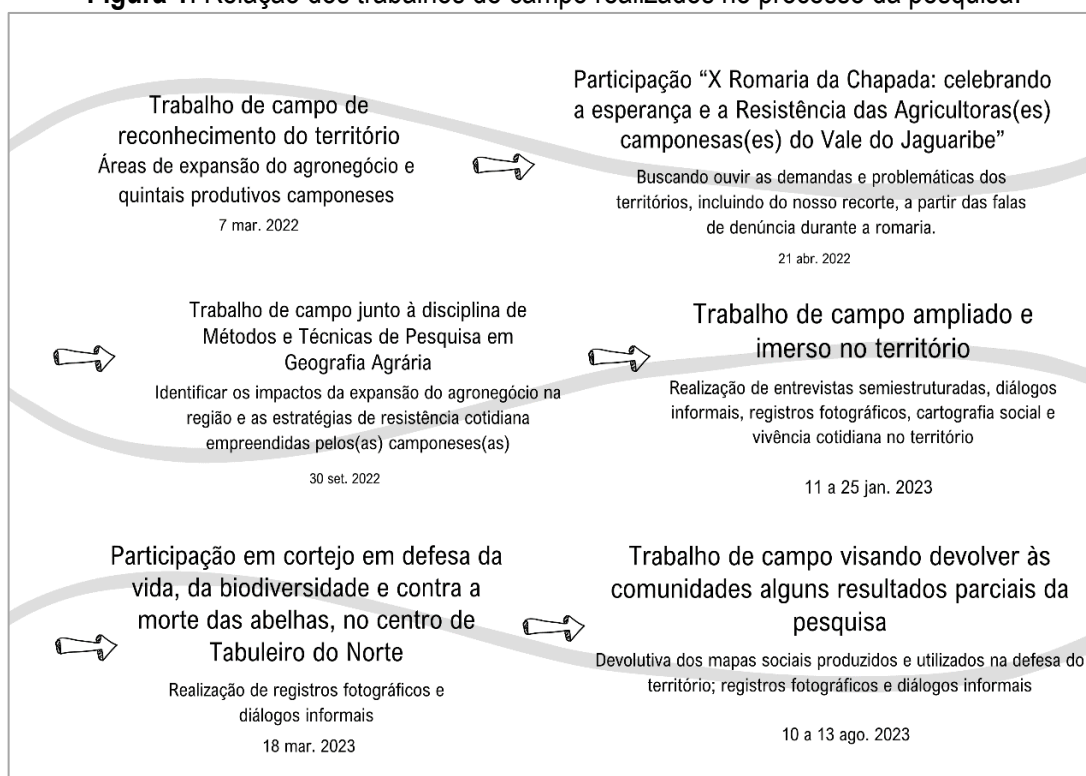
Posteriormente, na terceira etapa, acompanhamos notícias veiculadas na imprensa (em portais como Brasil de Fato, O Povo e DW Brasil) sobre os impactos produzidos pela empresa do algodão e as reações camponesas que se revelaram em relatos publicizados nessas reportagens. Além disso, foi fundamental assistir lives que debateram a conjuntura local e gravações de assembleia popular comunitária e audiência pública realizadas em Tabuleiro do Norte. Essas atividades permitiram evidenciar as problemáticas a partir das falas dos próprios sujeitos impactados pela expansão do capital, bem como a percepção dos representantes políticos (vereadores e prefeito) presentes nesses eventos.

Na quarta etapa, foram executados trabalhos de campo no recorte da pesquisa, buscando apreender as formas de resistência camponesa. Para isso, utilizou-se da entrevista semiestrutura e

diálogos informais com camponeses(as) e membros de organizações sociais, mormente a Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte e Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE), bem como registros fotográficos, buscando evidenciar a resistência camponesa. Foram realizadas um total de 22 entrevistas semiestruturadas com camponeses(as) e uma com a presidente da FEMAJE. Todo esse processo de coleta de dados foi possibilitado a partir dos trabalhos de campo. Assim, foram realizados cinco trabalhos de campo de curta duração entre março de 2022 e agosto de 2023. Em janeiro de 2023 foi posto em prática um trabalho de campo ampliado, visando perceber de maneira mais dedicada a cotidianidade camponesa, produzir registros fotográficos, realizar entrevistas semiestruturadas e efetivar a cartografia social, que teve como finalidade construir um amplo mapeamento dos territórios camponeses e dos territórios da Nova Agro, bem como dos processos de injustiça ambiental sobre as populações camponesas (Figura 1).

Após a realização das entrevistas semiestruturadas, iniciaram-se as análises dos dados coletados, que seguiram a metodologia de análise de conteúdo temática (GOMES, 2016). Essa estratégia de análise permitiu classificar as falas dos sujeitos entrevistados em temáticas, sendo posteriormente inseridas no conjunto da discussão teórica e empírica da pesquisa, o que subsidiou o alcance dos resultados ora apresentados.

Figura 1: Relação dos trabalhos de campo realizados no processo da pesquisa.

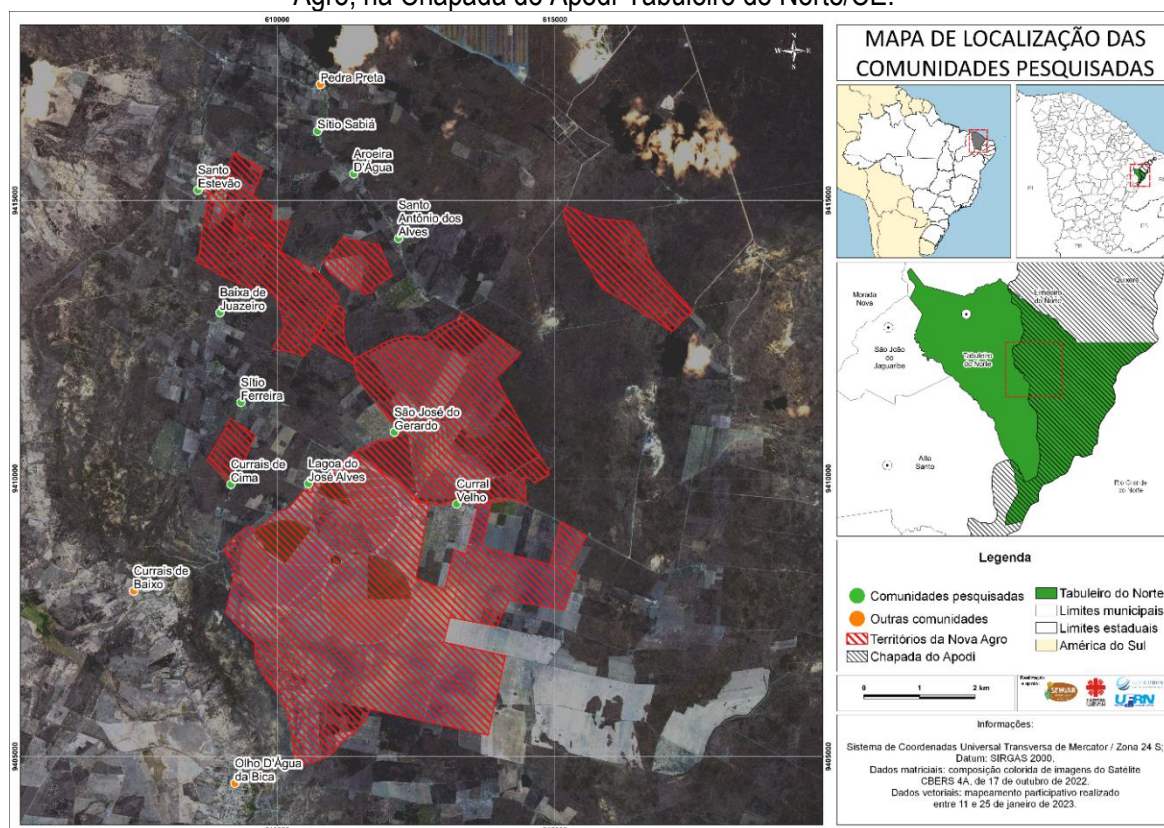


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Recorte espacial e temporal

As ações de resistência identificadas se circunscrevem à porção da Chapada do Apodi no município de Tabuleiro do Norte entre janeiro de 2020 e setembro de 2023, mormente as empreendidas pelos(as) camponeses(as) das comunidades de Aroeira D'Água, Baixa do Juazeiro, Curral Velho, Currais de Cima, Lagoa do Zé Alves, Santo Antônio dos Alves, Santo Estevão, São José do Gerardo, Sítio Ferreira e Sítio Sabiá (Figura 2). Tais comunidades foram selecionadas para participar da pesquisa a partir da percepção dos sujeitos dos territórios e dos membros de organizações sociais de que essas comunidades são as mais impactadas pela expansão do capital na região.

Figura 2: Mapa de localização das comunidades pesquisadas e espacialização da empresa Nova Agro, na Chapada do Apodi-Tabuleiro do Norte/CE.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023), a partir de informações obtidas através de mapeamento participativo realizado em janeiro de 2023.

As famílias que compõem as comunidades já vivem na Chapada do Apodi há décadas, construindo todo um modo de vida atrelado ao seu território, que vem acompanhado da formação de sua identidade e do estreitamento de laços com familiares. Essas comunidades foram crescendo à medida que as famílias foram aumentando e, os filhos, constituindo novas famílias. Hoje, Santo Estevão, dentre

as comunidades que compõem nosso recorte de pesquisa, é a mais populosa, contando com 47 famílias. Juntas, essas 10 comunidades totalizam 189 famílias residentes (Tabela 1).

Tabela 1: Número de famílias por comunidades pesquisadas.

Comunidades	Nº de famílias
Aroeira D'Água	10
Baixa do Juazeiro	24
Currais de Cima	21
Curral Velho	9
Santo Antonio do Alves	29
São José do Gerardo	3
Lagoa do José Alves	4
Sítio Ferreira	13
Santo Estevão	47
Sítio Sabiá	25
Total	189

Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (2023).

Os(as) camponeses(as) moradores(as) das comunidades tem como atividades econômicas principais a agricultura de sequeiro, a apicultura e a caprinocultura. Além disso, os quintais produtivos são alternativas utilizadas, que associadas às tecnologias sociais hídricas – cisterna de 16 m³, cisterna calçadão e bioágua – possibilitam a irrigação das plantas e hortaliças presentes no quintal. A apicultura e caprinocultura têm sido intensamente impactada pela expansão dos territórios da Nova Agro, já que esta tem desmatado as áreas de mata nativa, amplamente utilizadas para instalação de apiários, bem como para criação livre de caprinos nas chamadas “terras soltas”³. Tais áreas são consideradas fundamentais para muitos criadores, pois na ausência de propriedade de uma quantidade significativa de terras para criação, as terras soltas possibilitam aumentar a quantidade de criações, sem a necessidade de adquirir mais terras para alimentação desses animais e “é bom porque todo mundo cria junto” (Fala de camponês em janeiro de 2023). As terras soltas são também muito utilizadas para instalação de apiários, já que dispõem de vegetação pouco modificada e propícias para a criação de abelhas e produção de mel.

Morar na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, se traduz para os(as) camponeses(as) do território como motivo de felicidade, pois o local, apesar das dificuldades presentes historicamente, se constitui num “lugar bom de se viver”. Isso ocorre em decorrência da tranquilidade que há na região. Entretanto, esta característica tem sido afetada e ameaçada pela expansão do agronegócio na região,

³ “terra solta é aquela que não é cercada; tem dono, mas não tem cerca... todo mundo conhece apenas pelas extremas, pelos pontos marcados” (Fala de camponês em janeiro de 2023).

desencadeando impactos ambientais e processos de injustiça e sofrimento ambiental sobre as populações camponesas, obrigando-as a traçar estratégias de resistência frente aos desafios impostos.

APORTES TEÓRICOS SOBRE A RESISTÊNCIA CAMPONESA

De maneira geral, e conforme Porto-Gonçalves (2006), resistência “significa reagir a uma ação anterior” (p. 165) ou ainda “como oposição a algo ou alguém dominante” (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022, p. 4, tradução livre). Etimologicamente, estes autores explicam que:

A palavra resistência vem do latim *resistentia*, nome da qualidade do verbo *resistere*, que significa manter-se firme, persistir, opor-se repetidas vezes sem perder a posição. É composto por *re*, que se refere à intensificação da ação, reiteração ou retrocesso, e o verbo *sistere*, estabelecer, tomar posição, assegurar-se em um lugar (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022, p. 4, tradução livre)

Para os autores, “a resistência se forja, faz sentido, quando há um outro que permanentemente oprime, humilha e expropria” (p. 4). No contexto do campo brasileiro, a ação anterior pode ser interpretada como a territorialização de uma grande empresa ou alguma iniciativa de desapropriação produzida em benefício de empreendimento estatal, que decorrem em expropriações e conflitos ambientais. Nesse sentido, a resistência é forjada e ganha sentido quando há um agente (hegemônico) que oprime, humilha e expropria de forma permanente os sujeitos. A reação à dominação, em geral, é produzida por minorias, subalternos, camponeses(as), povos indígenas e diversos outros grupos cujos direitos são negados. Pela própria diversidade desses grupos, podemos inferir que devem existir diversas formas e expressões dessa resistência, variando conforme o grupo social afetado e o contexto de luta.

Tais articulações, na Chapada do Apodi, têm avançado na defesa de outras experiências, mostrando que existem possibilidades pautadas em práticas agroecológicas e tecnologias apropriadas ao Semiárido. Assim, evidencia-se dois modelos de desenvolvimento territorial contraditórios no campo, um capitaneado pelo agronegócio e outro pelo campesinato, pois enquanto este tem na terra o seu lugar de reprodução social, aquele compreende a terra apenas como lugar de produção e acúmulo de capital (FERNANDES, 2014).

Reconhece-se que existem diversas formas e expressões da resistência camponesa frente ao avanço do capital da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte. Entretanto, a partir dos trabalhos de campo realizados, percebeu-se que as chamadas “resistência cotidiana” (SCOTT, 2002) e “resistência legítima” (O’BRIEN, 1996) são as mais notabilizadas e postas em prática como estratégia de luta aos

impactos e injustiças promovidas pelo agronegócio, mas também pelo Estado. De início, é necessário compreendermos o significado da resistência cotidiana e resistência legítima para, posteriormente, analisarmos essas expressões da resistência camponesa no recorte da presente pesquisa.

Para Scott (2002, p. 11), a resistência camponesa pode ser entendida como “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. Embora as formas de resistência mais violentas e manifestas sejam aquelas mais facilmente reconhecíveis como formas de resistir, não devemos desconsiderar formas mais silenciosas e individuais de resistência, pois, conforme Scott (2002, p. 29), “classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência”. Para o autor, a inexistência de atos abertos e radicais não significa que há uma aceitação passiva da ordem dominante (SCOTT, 2011), a insurgência diante da realidade injusta pode acontecer de maneira mais silenciosa, na cotidianidade.

O fato de uma expressão de resistência ser mais individual, não significa que ela não seja coordenada (SCOTT, 2002). Consoante o autor, “dependendo de circunstâncias que enfrentam, os camponeses devem oscilar de atividades eleitorais organizadas a confrontações violentas” (p. 29). Adaptando a realidade evidenciada por Scott (2002, 2011) ao contexto do Semiárido brasileiro, em que há a expansão de um modelo de agricultura altamente dependente de produtos químicos, tóxicos e sementes transgênicas, a resistência cotidiana se revela a partir da opção por formas de agricultura contrárias às orientações defendidas pelo agronegócio; uma agricultura praticada sem uso de veneno, sendo comercializada através de experiências de agroecologia e economia solidária.

Da mesma forma, no cenário de expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, como veremos na próxima seção, essa resistência cotidiana se revela também através do olhar atento dos(as) camponeses(as) sobre o seu território e sobre os impactos produzidos sobre esses locais. Assim, é por meio da vigilância dos sujeitos impactados, produzindo informações úteis, que a resistência cotidiana ganha notoriedade. É através da observação atenta do território (vigilância popular) e da opção por uma agricultura agroecológica que as formas cotidianas de resistência ganham sentido.

A partir desse ponto de vista, compreendemos que a resistência cotidiana, por se processar na cotidianidade, abarca uma série de ações e práticas ancoradas a perspectivas contraditórias àquelas que ameaçam a vida nos territórios camponeses. Nesse sentido, defendemos que o alinhamento da agricultura camponesa, sem a utilização de agrotóxicos, com uso de tecnologias sociais e técnicas agroecológicas, se configura como expressão da resistência cotidiana.

As formas mais manifestas da resistência camponesa, como protestos, manifestações públicas, ocupações de terras, podem vir primeiro à mente quando se fala em resistência. Tais modalidades podem ser desempenhadas principalmente por movimentos sociais, mas não somente. Fabrini (2006, 2007) defende que a resistência não se circunscreve apenas à ação/organização dos movimentos sociais. Para ele, o “movimento camponês” se configura de maneira mais ampla que os movimentos sociais.

Ainda para o autor, “[...] a produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (FABRINI, 2007, p. 9). Assim, na cotidianidade camponesa, a produção agroecológica e a manutenção do seu modo de vida podem ser consideradas resistência frente a algum ator que ofereça ameaça. Nesse sentido, o autor defende que:

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Fernandes (2021), de maneira semelhante, assegura que a resistência empreendida por esses sujeitos pode ser observada em vários lugares do mundo. Para ele, “é uma resistência pela existência contra a subsistência, contra o modelo hegemônico do agronegócio e em defesa do modelo alternativo, da agroecologia” (FERNANDES, 2021, p. 229), pois a territorialidade camponesa é definida em contraposição à territorialidade capitalista (FERNANDES, 2008; DANTAS, 2021). Associada a essa modalidade de resistência expressa na cotidianidade camponesa, está a reação popular que utiliza o sistema de justiça para fazer frente às repercussões negativas produzidas pela expansão do agronegócio, entendida por O’Brien (1996) como resistência legítima.

A resistência legítima, conforme defendido por O’Brien (1996), pode ser compreendida como:

[...] uma forma de contenção popular que (1) opera perto da fronteira de um canal autorizado, (2) emprega a retórica e os compromissos dos poderosos para conter o poder político ou econômico e (3) depende de localizar e explorar as divisões entre o poderoso. Em particular, a resistência legítima envolve o uso inovador de leis, políticas e outros valores oficialmente promovidos para desafiar as elites políticas e econômicas “desleais”; é um tipo de resistência parcialmente sancionada que usa defensores influentes e princípios reconhecidos para pressionar aqueles que estão no poder que falharam em viver de acordo com algum ideal professado ou que não implementaram alguma medida benéfica (O’BRIEN, 1996, p. 33, tradução livre).

De acordo com Herrera et al. (2018), a resistência legítima de O'Brien (1996) faz referência à disputa popular que opera parcialmente dentro das normatizações oficializadas, ainda que com tensões. Da mesma forma, a utilização do sistema de justiça para fazer valer os direitos negados à população camponesa pode também ser considerada uma forma de resistência (O'BRIEN, 1996). Para o autor, esse processo se materializa a partir da utilização de instrumentos legais e legislativos que, de maneira mais frequente, é acessível financeiramente às classes hegemônicas.

A utilização dessas estratégias pelos(as) camponeses(as) é normalmente acessada através da atuação de assessoria jurídica de instituições ligadas à defesa dos direitos da população mais pobre, já que estes dispõem de poucos recursos financeiros para contratar escritórios de advocacia e fazer valer seus direitos através dos instrumentos legais. Esse tipo de resistência considera a mobilização dos próprios aparelhos do direito positivo, a exemplo de leis em favor da defesa da vida ameaçada pela territorialização de algum ator que promove ou aprofunda a injustiça ambiental.

Na sequência apresenta-se a expressão dessas duas modalidades de resistência, embora não considerando todas as formas de resistir encontradas pelas comunidades, mas sim explanando apenas um panorama delas.

A RESISTÊNCIA COTIDIANA COMO PRÁTICA CONTRA-HEGEMÔNICA NA CHAPADA DO APODI

O entendimento de hegemonia, conforme Saquet (2019) baseado em Sassoon (1988) e Gramsci (1992), se refere a "atuação de uma classe dominante que, historicamente, estabelece certa ordem social, com concessões aos aliados unificados num bloco social" (p. 31). Ainda conforme Saquet (2019), os interesses e privilégios desse grupo dirigente são perpetuados em detrimento das forças opostas, que são sufocadas e reguladas pelas forças hegemônicas. Em oposição aos poderes hegemônicos, Saquet (2019, p. 32) destaca que:

A contra-hegemonia, [...] é construída para (o) e pelo povo, do campo e da cidade, contra a ordem político-econômica-cultural dominantes, sem privilégios e sem tantas hierarquias, sem vigiar nem punir, sem injustiças sociais nem corrupção, numa práxis dialógica, participativa, respeitosa, solidária, cultural e ecológica.

A partir dessa compreensão, inferimos que as práticas observadas na Chapada do Apodi e pautadas na convivência com o Semiárido, ao serem produzidas para o benefício e a melhoria da qualidade de vida do povo da região, com participação popular e de maneira solidária, se constituem como iniciativas contra-hegemônicas. Silva (2008, p. 233) compreende a convivência com o Semiárido como

[...] uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Considera-se que é essa a orientação de um novo paradigma civilizatório para a humanidade: satisfação das necessidades e expansão de suas capacidades, em comunhão com a natureza.

Ao se reproduzir no cotidiano, a partir do modo de vida camponês, em seus ritmos mais lentos (SAQUET, 2015), se constitui também como forma de resistência camponesa cotidiana (SCOTT, 2002, 2011). Nesse sentido, é a partir da produção agroecológica, desenvolvida no cotidiano e produzindo alimentos saudáveis (Imagem 1 e 2) que a agricultura camponesa tem resistido à expansão do capital na Chapada do Apodi. Tal alternativa tem viabilizado melhorias em termos de segurança e soberania alimentar, pois conta com o complemento das tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

Imagem 1: Quintal produtivo na comunidade de Santo Estevão.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Imagem 2: Quintal produtivo na comunidade de Santo Antônio dos Alves.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

A convivência se configura, assim, como uma expressão da resistência cotidiana, ao reconfigurar o modo de vida camponês no Semiárido, fornecendo-lhe água através das tecnologias sociais durante o período de estiagem e lançando as bases tecnológicas produtivas, hídricas, organizacionais e políticas para contribuir na melhoria da qualidade de vida da população. A partir disso, tem também promovido a re-existência (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022) no Semiárido. Assim, a convivência com o Semiárido pode ser compreendida de maneira complementar como estratégia de re-existência, permitindo a reprodução camponesa face à expansão do agronegócio.

Uma tecnologia social que tem possibilitado a materialização da re-existência, merecendo um destaque especial devido ao seu caráter inovador frente a realidade posta na Chapada do Apodi, em

Tabuleiro do Norte, é a chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). A experiência dessa tecnologia social já era posta em prática em outras partes do Brasil e do Mundo (SBROCCO, 2022; RIBEIRO; BARBOSA; FAGUNDES, 2023).

A CSA se constitui como a materialização de circuitos curtos agroalimentares, buscando aproximar a produção e o consumo, fortificando as economias locais e estimulando a produção de alimentos saudáveis, orgânicos, e, portanto, livres de agrotóxicos (SBROCCO, 2022). Conforme a CSA Brasil, a experiência da Comunidade que Sustenta a Agricultura “nos apresenta uma prática de sucesso para um desenvolvimento agrário sustentável e o escoamento de cultivares orgânicos de uma forma direta ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem cultiva e quem se alimenta” (CSA BRASIL, 2022, s/p).

Esta tecnologia social surge na Chapada do Apodi em março de 2021 a partir da articulação da Cáritas, visando comercializar a produção excedente dos quintais produtivos de camponeses(as) por meio da venda de cestas prontas de alimentos provindos da produção camponesa aos consumidores (do município e de outros próximos), chamados de co-agricultores(as) (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MAIA, 2022). Designar os consumidores das cestas de “co-agricultores” evidencia que a ação de comprar as cestas é não apenas um ato de consumir, mas também um ato político, de defesa da agricultura familiar camponesa (claro que alguns podem ser co-agricultores sem essa consciência política bem demarcada) e, no caso da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte, é também uma ação de apoio a resistência frente o avanço e expansão do agronegócio.

Conforme Melo, Freitas e Calbino (2020), a CSA visa ultrapassar uma relação convencional e instrumental de compra e venda entre agricultores e consumidores, já que estes têm funções específicas necessárias para manter o sistema. Para os autores, objetiva-se com essa experiência construir “um trabalho coletivo baseado em um senso de comunidade, fundado em laços de confiança e pertencimento” (p. 541).

A proposição dessa experiência de economia solidária pela Cáritas foi vista, de início, com desconfiança pelos sujeitos dos territórios, mas foi a partir do início da CSA que os(as) camponeses(as) foram reinventando formas de produzir. Nesse sentido, eles resistem cotidianamente re-existindo, “projetando suas formas de ser e estar no futuro” (HURTADO; PORTO-GONÇALVES, 2022, p. 4, tradução livre). Certamente uma forma de reconfigurar a vida na Chapada do Apodi é a experiência da CSA, que tem possibilitado novas alternativas de produção e comercialização aos(às) camponeses(as).

Entendida como uma experiência de economia solidária, a CSA tem fortalecido a agricultura camponesa na Chapada do Apodi, possibilitando a comercialização de alimentos orgânicos produzidos

pelos(as) camponeses(as) nos seus territórios. Esse fato evidencia-se a partir da fala de um dos camponeses por nós entrevistados:

Eu faço parte de um grupo da CSA, que a gente vende produtos né para a CSA, para os produtores que faz parte da CSA que compra né... mas hoje eu forneço do que eu produzo, eu produzo a manteiga da terra, o mel que a gente é apicultor né... cria abelha, eu tenho o leite... eu produzo o leite e vendo, consumo e aí são coisas que vai aparecendo pra ajudar na economia da casa (Fala de camponês em janeiro de 2023).

Além disso, a partir da CSA, é possível perceber o fortalecimento da agricultura camponesa produzido pelos sujeitos dos territórios. Ao configurar-se como circuitos curtos agroalimentares, a figura do atravessador é eliminada, aproximando os(as) co-agricultores(as) dos(as) agricultores(as), que em muitas situações se conhecem, daí compreender a CSA como economia solidária, pois, conforme Gaiger (2009), a economia solidária se caracteriza pelo “[...] conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (p. 85). Ainda para esse autor:

A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho. Ao convocarem os seus membros à participação cotidiana, motivam seu engajamento em problemas da comunidade e em lutas coletivas mais amplas (GAIGER, 2009, p. 85-86).

Tais características são facilmente percebidas na CSA. A partir da economia solidária balizada pela CSA, ainda que existam vários desafios a essa experiência, as famílias camponesas têm encontrado novas formas para complementar a renda, reinventando-se a partir da venda dos alimentos agroecológicos. A existência da CSA, portanto, para além de uma simples experiência, tem possibilitado às famílias resistir e re-existir, conforme nos ensinam Hurtado e Porto-Gonçalves (2022).

Para estes autores, mais que uma luta que resiste à dominação do capital, há no contexto desse processo lutas por afirmar suas próprias formas de existência. Na Chapada do Apodi, esses processos são visivelmente verificáveis a partir das estratégias adotadas pelos(as) camponeses(as), mormente aquelas incluídas no esforço de comercialização da produção agrícola familiar camponesa através da CSA.

A convivência com o Semiárido, também possibilitada pela CSA, estabelece uma nova relação do(a) camponês(a) com o território. Este(a) passa a enxergar, não necessariamente de maneira consciente, o espaço como possibilidade, como uma alternativa de permanecer no seu punhado de terra de maneira mais digna. Pode, dessa maneira, contribuir significativamente com a renda familiar, possibilitando uma redução da dependência clientelista do Estado, muitas vezes intermediado por um

político local. O(a) camponês(a) pode agora permanecer no seu território e defendê-lo contra o avanço e expansão da grande propriedade, do agronegócio. A convivência é resistência e re-existência.

Mais do que a simples comercialização da produção excedente, os vínculos estabelecidos entre os(as) chamados(as) co-agricultores(as) e os(as) agricultores(as) fortalece a defesa desse modo de vida camponês, além de ser uma escolha política por parte dos(as) co-agricultores(as), que, ao não comprarem as hortaliças, legumes e frutas do supermercado – com grande chance de terem sido produzidas com uso intensivo de agrotóxicos – defendem a agroecologia praticada pelos(as) camponeses(as) participantes da CSA. Então, mais do que uma escolha alimentar, é também uma escolha política. Os alimentos são produzidos para a alimentação dos(as) camponeses(as), para a alimentação dos(as) co-agricultores(as). Muito além de uma relação comercial, o vínculo estabelecido entre estes sujeitos é permeado de compromisso e confiança, visando a valorização e a defesa da vida, princípios alheios à lógica do capital, permeada por funcionalidade, visando lucro e eficiência.

Tais formas estão vinculadas à produção agrícola em pequena escala. Nesse modelo, a terra não é vista necessariamente como mercadoria fundamental para acumulação de capital e o cultivo de uma planta não tem uma finalidade comercial, mas, alimentar (FABRINI, 2007). Em função disso, o mesmo autor afirma que a natureza dos vínculos que os(as) camponeses(as) estabelecem com a terra se configura como resistência. Dantas (2021) destaca que os elementos apropriados pelos(as) camponeses(as) e pelas empresas do agronegócio, tal como a Nova Agro, são os mesmos: terra, água e força de trabalho. Todavia, “[...] a forma como estes sujeitos se apropriam desses elementos produzem territorialidades distintas e antagonicas, atribuindo significados distintos ao território” (DANTAS, 2021, p. 204). Para Fabrini (2007, p. 30):

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Como exemplo dessas ações localizadas no território estão as feiras da agricultura familiar organizadas pela Cáritas, que já ocorreram nas próprias comunidades e na cidade de Limoeiro do Norte. Tais feiras, pautadas na economia popular, são espaços de comercialização da produção familiar camponesa, bem como momentos em que ocorrem falas em defesa dos territórios camponeses e contra a expansão do agronegócio na região da Chapada do Apodi. Além disso, são distribuídos panfletos e materiais informativos de denúncia dos impactos produzidos por esse modelo de agricultura sobre os territórios camponeses.

Em função dos(as) camponeses(as) participantes da CSA serem impactados pela territorialização da Nova Agro, as mobilizações e ações de resistência são balizadas em função da própria CSA. Nesse sentido, as próprias reuniões internas à CSA são também utilizadas para a tomada de decisão e socialização das conquistas da resistência. Esta alternativa de economia solidária, para além do fortalecimento da agricultura camponesa, tem posto em prática a resistência e a defesa do território. Essa dinâmica fortalece o entendimento da CSA como uma experiência de economia solidária, pois, como explica Gaiger (2009), a participação dos sujeitos dos territórios possibilita seu engajamento nos problemas da comunidade, fortalecendo as suas lutas coletivas.

Associada a essa forma de resistência, vincula-se um tipo de prática que tem se verificado comum na Chapada do Apodi, que é o registro por meio de fotos, áudios e vídeos dos impactos e injustiças desencadeados em função da expansão do capital no campo. Tal prática, entendida como uma expressão da chamada “vigilância popular do ambiente” (CARVALHO, 2022), tem se configurado fundamental para as denúncias das consequências perversas do modelo de produção empreendido pelo agronegócio na Chapada, mormente pela Nova Agro.

É a partir da iniciativa dos(as) camponeses(as) que o território tem sido vigiado pelos sujeitos que mais têm sofrido os impactos e, por serem produzidas no cotidiano (ao visitar um apiário, deslocando-se até a sede do município, indo cuidar dos animais e da lavoura) se configura também como resistência cotidiana. Tais práticas têm objetivado denunciar os impactos e ingerências promovidas pelo agronegócio do algodão sobre os territórios camponeses, através da produção da informação pelos próprios sujeitos diretamente afetados.

De acordo com Fernando Carneiro, pesquisador da Fiocruz, mencionado em Carvalho (2022), a vigilância popular é baseada, principalmente, no protagonismo popular no processo de levantamento e produção de informações para a defesa da vida, mas que não visa substituir o papel do Estado. Para o pesquisador, “[...] o principal diferencial da vigilância popular é justamente a produção da informação pela própria comunidade”. Ainda para ele, tal vigilância contribui com o trabalho de técnicos e pesquisadores engajados, fundamentando suas ações com comprovações empíricas dos impactos e injustiças produzidos por atividades econômicas poluidoras, como o agronegócio.

Nesse sentido, a vigilância popular do ambiente, além de fornecer informações que contrapõem as informações oficiais (geradas pelas empresas poluidoras ou pelas agências de fiscalização competentes), possibilitam a produção contextualizada de conhecimento, estabelecendo o relacionamento entre pesquisadores engajados e as comunidades afetadas por injustiças e impactos ambientais (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021). É nesses territórios em disputa – como o

observado no nosso recorte – que as comunidades vivenciam perceptíveis situações de risco ambiental, provocadas por indústrias, tecnologias, depósitos de resíduos, e acrescentamos, pelo agronegócio (PORTO; FINAMORE, 2012). Daí a importância dessas populações produzirem muito do conhecimento sobre esses processos de injustiça ambiental, tal como o produzido por ocasião da vigilância popular.

Sem a vigilância popular do ambiente, feita no cotidiano da vida, a tomada de consciência por parte da sociedade e de outras instituições se torna mais difícil, pois ninguém sabe os impactos de uma atividade econômica melhor que os sujeitos impactados. Tais sujeitos se constituem, como nos mostra Cavalcante (2021), como verdadeiros “vigilantes do território”, ao observarem com atenção tudo que acontece à sua volta, em função de um terrível cenário de incertezas.

Nesse contexto de vigilância do ambiente, há vídeos e áudios produzidos pelos sujeitos dos territórios com relatos que discorrem sobre a aplicação de veneno nas plantações da Nova Agro em horários inapropriados, sobre as queimaduras nas plantações camponesas devido ao contato com agrotóxicos aplicados nos plantios vizinhos da Nova Agro, bem como vídeos de denúncia do uso de correntão pela empresa e nivelamento de terreno com uso também de correntão, produzindo muita poeira para as comunidades vizinhas. Além disso, é através desse processo de vigilância que a mortandade de abelhas tem sido denunciada por meio de vídeos produzidos pelos sujeitos dos territórios e pelas organizações da sociedade civil, mormente a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Esses áudios e vídeos, divulgados em redes sociais, em portais de notícias e enviados às rádios locais, cumprem o papel de apresentar publicamente as denúncias elaboradas pelos(as) camponeses(as) e organizações sociais, os quais possuem notável repercussão pública. A comunicação popular, aqui realizada pelas comunidades, também se apresenta como um instrumento de resistência, visto que cumpre a função de denunciar as injustiças sociais e mobilizar a opinião pública. Nesse sentido, a participação de camponeses(as) em programas de rádio, mesas redondas, manifestações, cortejos, lives, etc. exerce papel fundamental na visibilização dos impactos e injustiças, mas também dos processos de resistência empreendidos na região.

Adicionalmente, há vários relatos dos(as) camponeses(as) veiculados em jornais de circulação nacional (LIMA, 2022; SOBREIRA, 2022) e internacional (PONTES, 2023), bem como em produções acadêmicas (CAVALCANTE, 2021; VIANA JÚNIOR; LOPES, 2023) e em portais de instituições ligadas à defesa da saúde e do ambiente (BARBOSA, 2022), denunciando a expulsão de camponeses(as), o cercamento das terras soltas e, portanto, a diminuição das áreas de criação livre, o fechamento de estradas, a necessidade de dormir de máscara por conta dos agrotóxicos, a geração de poeira provocada pelo aumento da circulação de veículos e pelo intenso desmatamento, etc.

É no cotidiano, percorrendo as estradas, que os(as) camponeses(as) realizam registros em áudios, vídeos e fotos, os quais expressam a materialização da vigilância popular do ambiente, de modo que subsidiam as iniciativas de judicialização das injustiças. Assim, inferimos que essas práticas de denúncia e divulgação podem também ser configuradas como resistência cotidiana, que contribui para a resistência legítima.

Ainda que não associada de maneira direta, segundo compreendemos, com a resistência cotidiana, uma forma de resistência que deve ser mencionada são as manifestações, atos públicos e cortejos em defesa da vida e da Chapada do Apodi. Essas manifestações de resistência têm encontrado espaço fértil na Semana Zé Maria do Tomé⁴. Os impactos e injustiças ambientais produzidos no contexto de expansão do agronegócio e registrado pelos(as) camponeses(as) através da vigilância do território, têm ganhado visibilidade a partir da edição de 2021 desse evento, quando foram denunciados a mortandade de abelhas, o processo de cercamento das comunidades, o uso intensivo de agrotóxicos, etc.

Na edição de 2022 houve falas de lideranças, membros de movimentos sociais (Movimento 21 – M21) e de organizações da sociedade civil (Cáritas, AEFAJA e FEMAJE) denunciando os processos vivenciados pela expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte, bem como os impactos sobre a criação de abelhas (Imagem 3). Na ocasião também foram distribuídos panfletos informativos, denunciando os impactos, tais como uso de correntão, mortandade de abelhas, desmatamento, destruição de tecnologias sociais, cercamento das comunidades, etc.

Na Semana Zé Maria do Tomé seguinte, entre 18 e 23 de abril de 2023, houve um cortejo no centro da cidade de Tabuleiro do Norte, que contou com a participação de camponeses(as), membros de movimentos sociais (como o M21) e de organizações da sociedade civil, tais como Cáritas, FEMAJE e AEFAJA e pesquisadores, além de estudantes de escolas públicas e particulares de Tabuleiro do Norte (Imagem 4). Esse momento pode ser considerado a culminância das ações de resistência (cotidiana, incluída) empreendidas em função da expansão e territorialização do capital no campo. Contando com falas de denúncia contra o uso de correntão como prática de desmatamento, foi ecoado nos carros de som o barulho devastador da prática do correntão, quebrando as árvores e matando os animais.

⁴ O evento foi inicialmente organizado como reação ao assassinato da liderança da comunidade de Tomé no ano de 2010, chamado de Zé Maria do Tomé, que buscava visibilizar os impactos do uso de agrotóxicos na região. A Semana Zé Maria do Tomé acontece anualmente, buscando aglutinar momentos de debate, mesas redondas, palestras, manifestações e romaria, evidenciando os processos de luta e resistência empreendidos na região.

Imagem 3: Caixa de abelha exposta na X Semana Zé Maria do Tomé, em 2022.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Imagem 4: Cortejo em defesa da vida e da biodiversidade em Tabuleiro do Norte.



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Dessa forma, como discorrido no decorrer desta seção, a resistência cotidiana manifestada através da convivência com o Semiárido, da produção agroecológica, da experiência da CSA e da vigilância popular do ambiente têm produzido repercussões legais buscando a defesa da vida e do território na Chapada do Apodi. Esse processo tem sido fortalecido através da comunicação popular, bem como dos atos públicos contrários à territorialização do agronegócio. Tais processos serão melhor discutidos na seção seguinte, onde trataremos da chamada resistência legítima.

RESISTÊNCIA LEGÍTIMA NA CHAPADA DO APODI E A LUTA A PARTIR DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Após discutirmos a cotidianidade da produção agroecológica camponesa, associada às tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, entendendo-as como resistência cotidiana à expansão e territorialização do capital no campo, mostraremos como os(as) camponeses(as), com apoio das organizações da sociedade civil e de organizações de assessoria jurídico-popular, assim como associações de moradores e universidades, têm produzido um tipo de resistência que utiliza o sistema de justiça para fazer frente à Nova Agro e pressionar a defesa dos seus direitos por meio de instrumentos legais, processo este entendido como “resistência legítima”.

Uma instituição fundamental que tem atuado em defesa dos direitos dos(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi e contribuído para a resistência legítima é o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará. Tal instituição se dedica à prestação de assessoria jurídica popular, judicial e extrajudicial às comunidades vulnerabilizadas, aos grupos,

coletivos, movimentos e indivíduos em casos emblemáticos de violação de direitos humanos (ALECE, s/d).

Algumas ações já foram empreendidas pelos(as) camponeses(as) impactados(as) pela expansão do agronegócio, visando resistir a esse processo, tais como denúncias, reuniões, assembleias, trabalhos de campo, audiências públicas, manifestações, participação em mesas redondas, lives, programas de rádio, participação em reportagens, etc. Importante compreendermos que para os impactos produzidos pela Nova Agro terem chegado ao âmbito da justiça, configurando a resistência legítima, foi necessária toda uma caminhada de articulação e mobilização em prol da defesa da Chapada do Apodi, empreendida pelos(as) camponeses(as) diretamente impactados(as) pela sua territorialização.

Um das primeiras iniciativas buscando resistir à expansão do agronegócio se deu logo em 17 de fevereiro de 2020, quando um morador impactado enviou o ofício nº 002/2020, por meio da FEMAJE, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tabuleiro do Norte, denunciando, dentre outros impactos, o desmatamento próximo à borda da Chapada do Apodi e o uso do correntão para destruir a vegetação (CAVALCANTE, 2021).

Após essa primeira denúncia e a escuta de vários(as) camponeses(as) sobre esses primeiros impactos, iniciaram-se as primeiras iniciativas de mobilização e articulação dos sujeitos dos territórios. Esse processo foi capitaneado pela Cáritas, visando escutar as comunidades que sofreram/sofrem as repercussões da territorialização da Nova Agro. O Grupo de Pesquisa Territórios do Semiárido (SEMIAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), participou desse processo inicial, visando problematizar o cenário vivenciado pelas comunidades e contribuir na construção de uma agenda de estudos e pesquisas sobre o avanço no capital no campo, notadamente do agronegócio.

Após esse momento inicial de escuta, foram organizados os primeiros trabalhos de campo no território, realizados entre 2020 e 2021, os quais envolveram os(as) camponeses(as), organizações da sociedade civil (mormente a Cáritas) e pesquisadores de instituições de ensino superior (da UFRN/SEMIAR e do IFCE). Esse processo, buscando coletar as primeiras evidências dos impactos do agronegócio, pôde ratificar as denúncias realizadas pelos sujeitos diretamente impactados.

Após os primeiros trabalhos de campo, foi organizado pela Cáritas, em parceria com o SEMIAR e o IFCE, em outubro de 2021, um seminário online intitulado “Seminário de Justiça Hídrica do Vale do Jaguaribe”, o qual visou debater as questões que envolvem a Chapada do Apodi, com foco especial em Tabuleiro do Norte, e apresentar as problemáticas do território para os movimentos sociais (como o M21) e organizações da sociedade civil (AEFAJA, FEMAJE e Instituto Brotar). Assim, a partir

do seminário, foi possível estabelecer e definir uma agenda de discussão e ações de resistência que receberiam apoio dessas iniciativas.

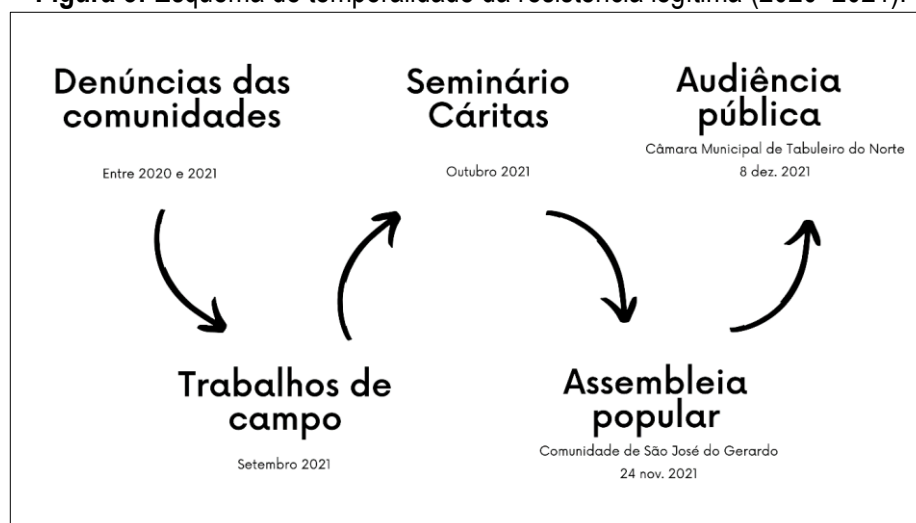
Em seguida, na comunidade de São José do Gerardo, foi realizada presencialmente, em 24 de novembro de 2021, uma Assembleia Popular das Comunidades, atividade organizada pela Cáritas, que contou com a participação de camponeses(as) de várias comunidades da Chapada do Apodi, de organizações sociais que atuam na região, como Brotar, Femaje e Aefaja, e do grupo SEMIAR. Ademais, foram convidados vários representantes políticos e lideranças do município, contando-se com a presença de alguns vereadores. Na ocasião foram explanadas as demandas das comunidades, as injustiças históricas presentes no território (sobretudo acerca da dificuldade de acesso à água), além das ameaças sobre a criação de abelhas e caprinos, bem como os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da atuação da Nova Agro.

Todo esse processo inicial desembocou na audiência pública realizada em 8 de dezembro de 2021 na Câmara de Vereadores de Tabuleiro do Norte (TABULEIRO DO NORTE, 2021). Com a presença dos vereadores e do prefeito do município, houve falas em defesa da Chapada do Apodi de representantes da FEMAJE, da Cáritas, do Escritório Frei Tito, de pesquisadores(as), de camponeses(as) impactados(as) e de membros de movimentos sociais atuantes no território, seguidas das falas dos vereadores e do prefeito de Tabuleiro do Norte, os quais assumiram compromissos públicos que não foram plenamente atendidos. Representantes da Nova Agro também estavam presentes na audiência pública, mas preferiram não se pronunciar.

Na ocasião, foram expostos os riscos e agravos a saúde desencadeados pelo contato com os agrotóxicos utilizados amplamente nos plantios de empresas do agronegócio, o aumento do desmatamento, o uso do correntão, a expulsão de camponeses(as), bem como os impactos na apicultura e a injustiça ambiental provocada, entre outras, pela desigualdade de acesso à água subterrânea presente no território. Assim, contando com a presença de políticos locais, como prefeito, vereadores e secretários, e de representantes da Nova Agro, foi possível publicizar as denúncias, já que a audiência foi transmitida ao vivo e continua disponível através do YouTube (TABULEIRO DO NORTE, 2021).

A partir disso, é possível perceber que as ações que materializam a resistência legítima não surgiram por acaso, mas foram fruto de uma ampla mobilização de diferentes atores em defesa da natureza, da vida e do território da Chapada do Apodi. A Figura 3 esquematiza o encadeamento desse processo.

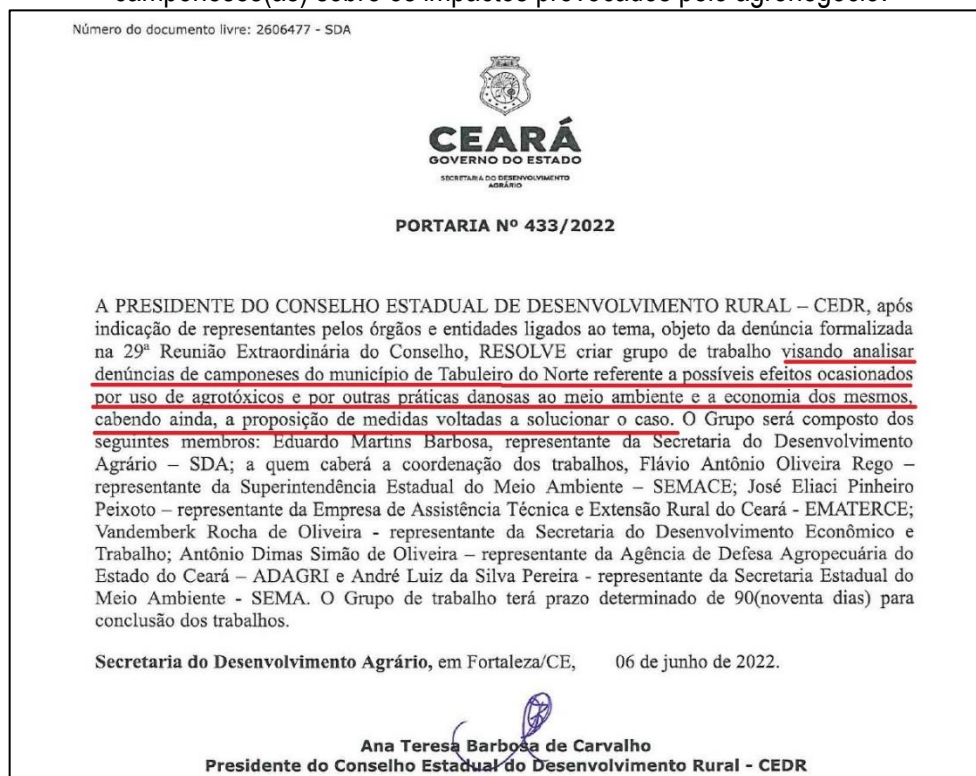
Figura 3: Esquema de temporalidade da resistência legítima (2020–2021).



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Outra ação que evidencia a resistência legítima para fazer frente à expansão do agronegócio foi posta em prática através da Portaria nº 433/2022, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), visando criar grupo de trabalho para investigar as denúncias realizadas por camponeses(as) (Figura 4). O referido grupo de trabalho foi composto por membros da Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SEMACE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SEDET), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). O fato de a SDA ter tomado conhecimento das denúncias emitidas pelos(as) camponeses(as) e produzido um documento administrativo solicitando a criação de um grupo de trabalho para tratar do caso, dá uma mostra de como a resistência camponesa por essa via legítima, institucional, tem potencial de gerar resultados efetivos.

Figura 4: Portaria destinada à criação de grupo de trabalho para investigação das denúncias de camponeses(as) sobre os impactos provocados pelo agronegócio.



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (2022).


No mesmo ano, em Ofício nº 311/2022 – CDHC – EFTA/ALECE, o Escritório Frei Tito realiza a denúncia dos efeitos e impactos ocasionados pela chegada do agronegócio na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte. No referido documento é evidenciado uma série de processos que tem gerado repercussões negativas sobre os territórios camponeses, tais como: expansão agressiva e cercamento das comunidades, intenso desmatamento, poluição sonora, impactos e possíveis agravos à saúde e ao ambiente, provocados pelo uso intensivo de agrotóxicos, impactos na criação de abelhas (inclusive com mortandade) e na economia local. O mesmo ofício solicita, ao final, a devida fiscalização por parte da ADAGRI das comunidades que têm sofrido os impactos ocasionados pela expansão da Nova Agro, bem como a fiscalização dos agrotóxicos, certificações e cumprimentos dos normativos por parte da empresa.

Após o Cortejo em Defesa da Vida, já mencionado, realizado no contexto da Semana Zé Maria do Tomé, foi realizada uma reunião em 18 de abril de 2023 com a Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte, que determinou o agendamento de audiência pública com os representantes presentes na reunião e com membros do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caomace), instituição auxiliar do Ministério Público do Ceará (MPCE), que, dentre suas várias atribuições, destaca-

se o desenvolvimento de estudos e pesquisas, criando grupos e comissões de trabalho no âmbito de sua área de atuação. Além disso, no mesmo despacho, evidenciado na Figura 5, recomendou-se ao município a verificação dos requisitos para a concessão de licenciamentos ambientais de empreendimentos potencialmente poluidores na Chapada do Apodi.

Ainda no despacho emitido pela Promotoria de Tabuleiro do Norte, é evidenciado a denúncia quanto aos impactos decorrentes da chegada da Nova Agro e de sua “expansão agressiva na região”, desencadeando o cercamento das comunidades. É mencionado também o desmatamento provocado pelo uso do correntão – fato documentado pelos(as) camponeses(as) presentes na reunião através de vídeos e registros fotográficos, e, portanto, da vigilância popular do ambiente e do território. Aqui fica evidente como a resistência cotidiana e a resistência legítima se imbricam através da vigilância popular. Por meio dos vídeos produzidos pelos(as) camponeses(as) que as iniciativas de judicialização das injustiças e dos impactos são produzidas.

Figura 5: Despacho da Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte sobre o agendamento de audiência pública.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABULEIRO DO NORTE

nº:06.2022.00001754-0
Assunto: Requisição

DESPACHO

Realizou-se reunião na data de 18/04/2023 nesta Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte com os representantes da Comissão de Direitos Humanos-CDH/EFTA/ALECE, representados pela Dra. Célia Paiva Sousa, na qual foi explanado sobre as problemáticas envolvendo a chegada da empresa Nova Agro Agropecuária LTDA que desde a sua chegada ao local, em 2020, tem adotado uma estratégia de expansão agressiva na região, adquirindo diversas porções de terra de modo a deixar várias das comunidades locais, a exemplo de Curral Velho, São José do Geraldo e Lagoa do Zé Alves, ilhadas pelas cercas de delimitação colocadas pelos empreendedores. Destacaram também, no relato, o uso de correntão, prática danosa ao meio ambiente, que teria lugar na área utilizada pela Nova Agro, tendo os moradores apresentados em registro de vídeo sua comprovação.

Diante o exposto determino:

1. Agendamento de data de audiência como os mesmos representantes e o CAOMACE;
2. agendamento de audiência pública para tratar dos assuntos do Procedimento, bem como expeça-se Recomendação ao município quanto à verificação dos requisitos para a concessão de licenciamentos ambientais de empreendimentos potencialmente poluidores na Chapada do Apodi.

Tabuleiro do Norte-CE, 19 de abril de 2023.

EMERSON MACIEL ELIAS
Promotor de Justiça em respondência

Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte
 Rua Cap. José Rodrigues, 4660, centro- Tabuleiro do Norte
 E-mail: prom.tabuleironorte@mpce.mp.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EMERSON MACIEL ELIAS em 19/04/2023. Para conferir o original, acesse o site <http://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/>, informe o cadastro 06.2022.00001754-0 e o código DA2356

Fonte: Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte (2023).

Como resultado desse processo de resistência legítima e da instauração de um Inquérito Civil, cujo objetivo era realizar a investigação do uso de correntão e de agrotóxicos pela Nova Agro, em 23 de julho de 2023, a Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte lança recomendação ao Município de Tabuleiro do Norte para realizar a anulação da licença ambiental única nº 004/2022. Esta licença foi

concedida à empresa Nova Agro, devendo sofrer anulação em função de os critérios que permitem a emissão de tal licença por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tabuleiro do Norte (SEMATUR) não serem atendidos. Contatou-se através das investigações que a SEMATUR não dispõe de fiscais ambientais para realizar a fiscalização das licenças ambientais concedidas à empresa; que os profissionais que atuam na secretaria de meio ambiente são temporários; que o pedido de fiscalização da SEMACE só foi realizado após ação do Ministério Público. Adicionalmente, evidenciou-se que o município não tem órgão ambiental capacitado, já que:

[...] não há em seus quadros equipe multidisciplinar de servidores efetivos de nível superior, tanto para as atividades de licenciamento quanto para as de fiscalização, suficientemente habilitados e em número compatível com as demandas de um município desse porte (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2023).

Certamente, conquistas como essa, ainda que não resolvam o problema, são possíveis através da mobilização social dos(as) camponeses(as) e das instituições e organizações que os(as) apoiam. Como “iniciativas populares questionadoras da injustiça ambiental” (SOUZA, 2019) no recorte da pesquisa, a vigilância popular e a comunicação popular constituem-se como o elo entre as duas formas de resistência aqui discutidas (cotidiana e legítima). Através da vigilância popular e da comunicação popular são produzidos os registros dos impactos e injustiças em fotos e vídeos sobre a expansão do agronegócio, que implica também na resistência legítima, ao contar com maior articulação com universidades (UFC, UFRN, IFCE e UECE), organizações da sociedade civil (Cáritas, AEFJA, FEMAJE e associações de moradores), instituições ligadas à saúde coletiva (Fiocruz) e assessoria jurídico-popular (EFTA).

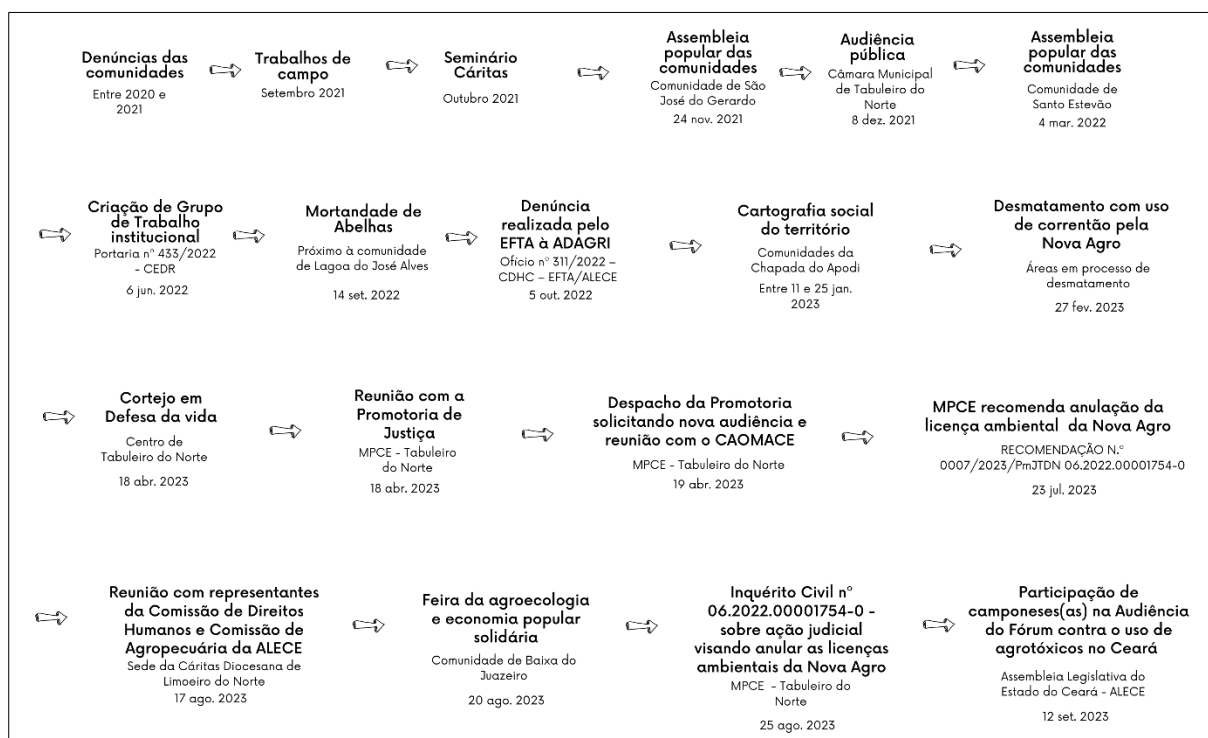
Observe-se que tais ações não seriam possíveis sem a resistência camponesa, que vivencia diariamente o seu território sendo ameaçado em várias frentes, percebendo a necessidade de posicionamento contrário a expansão desse modelo de produção predatório da natureza e da vida. Essa articulação de diferentes atores tem notabilizado um diálogo de saberes (SANTOS, 2007, 2009), possibilitando a valorização dos saberes locais, bem como fundamentando a elaboração de saberes especialistas independentes dos discursos dominantes (SVAMPA, 2016).

Como última ação de resistência identificada, circunscrita à resistência legítima, destaca-se a participação de camponeses(as) da Chapada do Apodi em audiência do Fórum Contra o Uso de Agrotóxicos, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) em 12 de setembro de 2023. Essa audiência teve como objetivo discutir as problemáticas inerentes ao uso de agrotóxicos, com destaque para suas repercussões no Estado do Ceará. Na ocasião foi relatado pelos sujeitos diretamente impactados os processos em curso na Chapada do Apodi, com destaque para o uso

intensivo de agrotóxicos, o desmatamento e as consequências para a criação de abelhas na região, bem como para a economia local.

Na Figura 6 evidencia-se, de maneira ampliada, uma linha do tempo com algumas das ações de resistência à territorialização do capital na Chapada do Apodi, especificamente no nosso recorte de pesquisa, no período de janeiro de 2020 a setembro de 2023. A partir disso, percebe-se que a resistência é um processo amplo de luta e mobilização.

Figura 6: Linha do tempo com algumas das ações de resistência na Chapada do Apodi, frente a expansão do agronegócio (janeiro de 2020 a setembro de 2023).



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ainda que haja essa articulação entre organizações engajadas e camponeses(as), a territorialização da Nova Agro na Chapada do Apodi está também associada à dificuldade dessas organizações sociais e dos(as) camponeses(as) influenciarem as decisões sobre a alocação ou não de tais atividades econômicas com grande potencial de produzir impactos ambientais, tal qual é evidenciada por Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Rigotto et al. (2018). As comunidades e organizações sofrem com a dificuldade de conseguir representação nas instâncias de poder, bem como de colocar na pauta do debate público os impactos e injustiças ambientais decorrentes da atuação da Nova Agro. Para que isso possa ocorrer, é necessária toda uma união de forças de diversas instituições e organizações visando a defesa da vida.

Tal cenário fica evidente quando da fala de uma das técnicas da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, veiculado em Queiroz (2022). Em trecho da reportagem menciona-se:

“Esse episódio da mortandade das abelhas é mais um dos episódios que nos preocupa”, cita. [Ela] acrescenta a articulação com universidades e outras entidades para conter o impacto econômico à cadeia produtiva do mel na região. “O Escritório Frei Tito, por exemplo, enviou um ofício para Adagri no dia 5 informando da situação e pedindo que eles verificassem essa problemática”, afirma. A Cáritas também denunciou a situação, segundo a técnica, ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (QUEIROZ, 2022).

Esse apoio de diversas organizações é frequentemente citado pelos(as) próprios(as) camponeses(as) entrevistados(as). Uma delas destaca inclusive a omissão por parte do poder público municipal quanto às injustiças produzidas pelo agronegócio na região:

Nós só contamos com a Cáritas, com a EFA e com o Instituto Frei Tito, que ele tá do nosso lado também, que ele já veio aqui, com advogado e tudo já... é só isso aí porque prefeito, prefeitura não faz nada, secretário do meio ambiente também nunca veio fazer fiscalização aí. A gente não pode contar com esse pessoal. A gente só conta mesmo com a Cáritas, com EFA e o Instituto Frei Tito e outros aí que também já se disponibilizaram né pra ajudar a gente (Fala de camponesa em janeiro de 2023).

Certamente, o histórico já existente de luta e resistência presente na região, produzido como reação ao avanço do agronegócio, aliada à consciência de luta protagonizada pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, populações diretamente afetadas, universidades, etc. fortaleceu as mobilizações em prol de maior justiça ambiental em Tabuleiro do Norte. Como nos mostram Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Souza (2019), tal histórico de lutas permite maior oxigenação dos atores em processo de resistência. Assim, ainda que a porção sul da Chapada do Apodi tenha sido espaço para territorialização do capital, convertendo-se em uma nova fronteira agrícola a partir de 2018, as lutas empreendidas contra a fruticultura irrigada em outros municípios, tais como Quixeré e Limoeiro do Norte, forneceu elementos para a resistência camponesa contra a expansão da Nova Agro em Tabuleiro do Norte. Evidência disso pode ser verificada quando da menção das problemáticas vivenciadas pelas comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte na Semana Zé Maria do Tomé, resultado das lutas camponesas que ocorreram e vem ocorrendo há vários anos na região como reação à expansão do agronegócio.

Nesse processo de resistência, cotidiana e legítima, os(as) camponeses(as) já percebem resultados efetivos. A resistência camponesa tem gerado resultados e estes contribuem para tornar a convivência com o Semiárido possível, ainda que de maneira precária, em meio às áreas de expansão do agronegócio. Evidenciando a expansão acelerada da firma, mas também a redução na compra de terras, resultado das mobilizações, uma camponesa por nós entrevistada destaca que:

eu acho que depois que começou às mobilizações, a gente fez um pouquinho de coegas neles, viu, porque parou um pouco viu, a gente percebeu isso, porque tava expandindo muito rápido, aí deu uma parada, das conversas, como eu digo a você, eu só sei assim das conversas que a gente ouve (Fala de camponesa em janeiro de 2023).

As organizações sociais presentes e conscientes dos conflitos ainda ajudam a dar visibilidade pública às problemáticas, com representantes dessas organizações dialogando e debatendo sobre os impactos decorrentes da exploração e uso indevido de substâncias químicas em territórios camponeses, em vários canais e plataformas.

Sobre a assessoria jurídica-popular que os(as) camponeses(as) têm recebido, um dos camponeses, por nós entrevistado, relata que:

Nós temos a assessoria do escritório de Fortaleza, Frei Tito, da Assembleia Legislativa e que está nos ajudando também [...] a gente já foi a algumas reuniões em Fortaleza e é uma luta que a gente tá encampando, num sei se vamos conseguir o que nós quer, mas nós tamo se organizando, a gente tá se organizando e buscando reparações de danos nessas comunidades (Fala de camponês em janeiro de 2023).

Conforme vários(as) camponeses(as) por nós entrevistados(as), as mobilizações e ações de resistência empreendidas provocaram alterações no padrão de expansão da empresa. Ações como a conscientização dos(as) camponeses(as) sobre a necessidade de não vender suas terras provocaram a diminuição, conforme relatos, da compra de terras em direção às comunidades. Relata-se também que a empresa tem deixado estreitas faixas de vegetação entre as áreas desmatadas e as estradas. No contexto do acesso aos bens necessários à manutenção da vida, as reuniões e mobilizações pressionam as instituições do Estado para a celeridade na instalação dos poços comunitários, demanda histórica dos(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização do capital no campo acirra os processos de injustiça ambiental impostos pelos empreendimentos do agronegócio sobre as populações que vivem nos locais escolhidos para a consecução de seu modelo de produção. A Chapada do Apodi se constitui como um desses lugares selecionados em função de suas vantagens. Assim, como consequência da expansão do agronegócio nessas áreas, evidencia-se a produção de impactos ambientais, que se revelam sobre as populações impactadas, em injustiça e sofrimento ambiental. Esse cenário pode ser resumido no aumento do desmatamento com uso de práticas altamente predatórias, que, como consequência, impactam a biodiversidade e economia local ao retirar as áreas de circulação e alimentação das abelhas presentes

nos apiários e a criação de caprinos nas áreas antes utilizadas para criação coletiva. Através da utilização intensiva de agrotóxicos nos plantios, a apicultura também é impactada, que, associada ao medo e angústia de contaminação das águas, do ar e do solo, instaura-se um clima de medo e insegurança quanto a permanência dos(as) camponeses(as) nas comunidades.

Esse cenário dramático de ameaça à vida na Chapada do Apodi tem exigido dos(as) camponeses(as) o desenvolvimento de formas de resistência frente à expansão do capital e o avanço dessa fronteira agrícola. Tais iniciativas contam desde o início com o apoio de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações comunitárias, universidades, instituições ligadas à assessoria jurídica e popular, bem como organizações vinculadas à defesa da saúde coletiva, configurando uma aliança entre vários saberes visando a defesa da vida, da terra e do território camponês. Assim, a ecologia de saberes aglutinada em defesa da Chapada do Apodi tem se revelado nas formas de resistência cotidiana e resistência legítima apresentados no decorrer deste trabalho.

É a resistência camponesa que oxigena a atuação e contribuição de outros sujeitos e organizações visando mostrar que existem formas outras de ver e viver o/no Semiárido, ancoradas em uma agricultura camponesa baseada na agroecologia e nos princípios da convivência com o Semiárido, respeitando os limites da natureza e buscando compreender suas potencialidades objetivando alcançar o bem-viver. Certamente esse processo encontra limites, mas é através da luta e resistência que o caminho vai se fazendo ao caminhar, alterando, modificando, construindo e reconstruindo as estratégias mais adequadas e apropriadas à natureza semiárida.

É a partir da produção agroecológica e de formas de economia solidária que a população consegue se manter vivendo em seu território, resistindo e re-existindo, mas é também através da vigília deste território que os(as) camponeses(as) conseguem defendê-lo contra a ameaça constante produzida pelo agronegócio, que conta com fortes alianças políticas e econômicas em seu apoio. Assim, a Chapada do Apodi se constitui como um território em disputa. Disputa produzida por sujeitos que têm nesse território o seu lugar de moradia e trabalho, mas também por sujeitos que desejam extrair o máximo possível de bens naturais visando o lucro e que, mais cedo ou mais tarde, largarão o território e as pessoas à própria sorte, tendo que sobreviver diante da herança maldita deixada pelo capital.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIGOTTO, Raquel Maria. Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios: agronegócio, processos de vulnerabilização e colonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 57, p. 55-78, 2021.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/escritorio-de-direitos-humanos-e-assessoria-juridica-popular-frei-tito-de-alencar-efta>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BARBOSA, Francisco. Famílias da Chapada do Apodi resistem contra o agronegócio na região. **Fundação Oswaldo Cruz. Eusébio**. 2 ago. 2022. Disponível em: <https://ceara.fiocruz.br/portal/index.php/familias-da-chapada-do-apodi-resistem-contr-o-agronegocio-na-regiao/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Diacronias da violência no Baixo Jaguaribe (CE): marcas históricas e geográficas. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, p. 1-11, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 7-14.

CARVALHO, Geovanni. Entrevista: “A Vigilância Popular da Saúde é baseada, principalmente, no protagonismo popular”, Juazeiro do Norte, **Brasil de Fato**. 06 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/04/06/entrevista-a-vigilancia-popular-da-saude-e-baseada-principalmente-no-protagonismo-popular>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARVALHO, Leandro Vargas Barreto de; ROCHA, Flávio; FINAMORE, Renan. Vigilância popular ambiental e siderurgia: as experiências de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RJ), Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3635-3645, 2021.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe-CE. 398 f. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. Um novo mal anunciado: a territorialização do agronegócio do algodão transgênico no Ceará. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 22, n. 3, p. 145-169, 2021.

Comunidade que Sustenta a Agricultura Brasil (CSA-Brasil). Sobre a Associação Comunitária CSA Brasil. **CSA Brasil**, 2022. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/sobre/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DANTAS, José Carlos. **A geografia dos conflitos territoriais no Semiárido Brasileiro**. 287 f. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 11, p. 8-32, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 41-53, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios de esperança e política agrária no Brasil. In: CRUZ, Sandra Helena Ribeiro da; OLIVEIRA NETO, Adolfo; SOBREIRO FILHO, José. PAULA, Cristiano Quaresma. (Org.). **Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro**. Belém: UFPA, 2021. p. 211-230.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro. et al. Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quem e para quem? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 743-755, 2016.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro; RIGOTTO, Raquel Maria. Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4103-4111, 2014.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, Paris, n. 17, s./p., 2013.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 176 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 144-165.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2019.

HERRERA, Andrea Gómez et. al. Contracercar, producir y resistir. La defensa de los bienes comunes en dos comunidades campesinas. **Eutopía**, Quito, n. 13. p. 137-155, jun., 2018.

HURTADO, Lina Maria.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y re-existir. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53, p. 1-10, 2022.

LIMA, Camila. Comunidades camponesas denunciam violações de direitos na Chapada do Apodi (CE). **Brasil de Fato**, Fortaleza, 05 mai. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/05/comunidades-camponesas-denunciam-violacoes-de-direitos-na-chapada-do-apodi-ce>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MACIEL, Regina Heloísa Mattei; RIGOTTO, Raquel Maria; ALVES, Pablo Araújo. Como está a saúde desses trabalhadores? In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 391-413.

MELO, Angelina Moreira; FREITAS, Alair Ferreira de; CALBINO, Daniel. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): o que sustenta a comunidade? **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 12, p. 539-562, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Recomendação Nº 0007/2023/PmJTDN06.2022.00001754-0. Recomenda a anulação da licença ambiental única nº 004/2022**, concedida ao empreendimento Nova Agro LTDA, uma vez que concedida em desrespeito às normas vigentes. Tabuleiro do Norte, s/p. 23 jul. 2023.

O'BRIEN, Kevin. Rightful Resistance. **World Politics**, Princeton, v. 19, n. 1, p. 31-55, 1996.

OLIVEIRA, Antonio Welder Freire de; OLIVEIRA, Anjerliana Souza; MAIA, Aline de Sousa. Produção e comercialização no semiárido: Experiência de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), Meu Quintal Em Sua Cesta!. **Residência - Boletim Informativo da Residência Agrária/ Especialização em Sistemas Agrícolas Sustentáveis no Semiárido**, Redenção-CE, s/p, jan. 2022.

PONTES, Nádia. Campeão em biodiversidade, Brasil luta para salvar abelhas. **DW Brasil**, [s.l.]. 22 mai. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/campe%C3%A3o-em-biodiversidade-brasil-tem-desafio-de-salvar-abelhas/a-65694538>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n. 17, v. 6, p. 1493-1501, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. CECEÑA, Ana Esther. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. pp. 151-197.

QUEIROZ, Adriano. Suspeita de uso inadequado de agrotóxico ameaça produção de mel no Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 26 out, 2022. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2022/10/26/suspeita-de-uso-inadequado-de-agrotoxico-ameaca-producao-de-mel-no-ceara.html>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RIBEIRO, Rita de Cássia Lisboa; BARBOSA, Kiraque Barra Ferreira; FAGUNDES, Andhressa Araújo. A Comunidade que Sustenta a Agricultura, segundo olhar de agricultores e consumidores de feiras agroecológicas de Aracajú, Sergipe. **Raízes**, Campina Grande, v. 43, n. 1, p. 1-20, 2023.

RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria. et al. **Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos sócio-ambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe-CE**. Relatório Parcial da pesquisa Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, apoiada pelo CNPq através do Processo 409845/2006-0, 2008.

- RIGOTTO, Raquel Maria. et al. Desvelando as tramas entre saúde, trabalho e ambiente nos conflitos ambientais: aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; Ribeiro, Lívia Alves Dias. (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 163-214.
- RIGOTTO, Raquel Maria. et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012.
- RIGOTTO, Raquel Maria. et al. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: "por que a água chega e a gente tem que sair?". **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, 2016.
- RIGOTTO, Raquel Maria. et al. Vozes e fazeres do semiárido: convites à descolonização do campo científico, rumo a outras práxis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 277-292, 2022.
- RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes. Por que morreu VMS? Sentinelas do desenvolvimento sob o enfoque socioambiental crítico da determinação social da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 92-109, 2017.
- RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SBROCCO, Marina. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): na contramão do agronegócio globalizado. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 29-46, 2022.
- SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- SOBREIRA, Amanda. Populações tradicionais denunciam o desmonte das políticas ambientais promovida por Bolsonaro. **Brasil de Fato**, Fortaleza. 27 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/10/27/populacoes-tradicionais-denunciam-o-desmonte-das-politicas-ambientais-promovido-por-bolsonaro>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- SOUSA, Rafaela Lopes de; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Práxis epistêmica da pedagogia do território: contribuições decoloniais à geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Elogio da teoria, do método e da ciência. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Org.). **Teorias da Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 17-44.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo, neodesenvolvimentismo e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 140-171.

TABULEIRO DO NORTE. **Audiência pública discussões e ações do poder público a serem desenvolvidas na Chapada do Apodi**. 3 horas, 10 min, 16 seg. 08 dez. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WTP2f_p_jyl. Acesso em: 08 dez. 2021.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; LOPES, Alfredo Ricardo Silva Lopes. **Como matar abelhas**: agronegócio e comunidades do Tabuleiro do Norte - Ceará: 2018-2021. Campinas: Pangeia Editorial, 2023.